

Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR N° 17.411 - DF (2010/0183587-4)

RELATOR : MINISTRO ARI PARGENDLER
AGRAVANTE : MANOEL FERNANDO GARCIA
AGRAVANTE : S/A FLUXO COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL
ADVOGADOS : CLITO FORNACIARI JÚNIOR E OUTRO(S)
FLÁVIA HELLMEISTER CLITO FORNACIARI
AGRAVADO : NEWEDGE USA LLC
ADVOGADO : WALDEMAR DECCACHE E OUTRO(S)
INTERES. : MARCO ANTÔNIO DE SIQUEIRA GARCIA
INTERES. : MARIA PIA DE SIQUEIRA GARCIA
INTERES. : AILAINÉ FERNANDES OSÓRIO DE SIQUEIRA
INTERES. : MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO : PAULO FILIPOV E OUTRO(S)

EMENTA

MEDIDA CAUTELAR. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. ARRESTO DE BENS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.

Admite-se a concessão de tutela de urgência nos procedimentos de homologação de sentença estrangeira (art. 4º, § 3º, da Resolução nº 09 de 2005, do Superior Tribunal de Justiça).

A alienação de bens que põe em risco a solvência do devedor configura o fundado receio de dano que, demais disso, se confirma pela notícia, nos autos da ação principal de homologação de sentença estrangeira, de qua a empresa do devedor encontra-se em processo de liquidação judicial instaurado perante a Suprema Corte do Caribe Oriental (SEC nº 5.692, US).

A sentença estrangeira, ainda que pendente de homologação, constitui prova literal de dívida líquida e certa (CPC, art. 814).

Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da CORTE ESPECIAL do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Gilson Dipp, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi, Og Fernandes e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

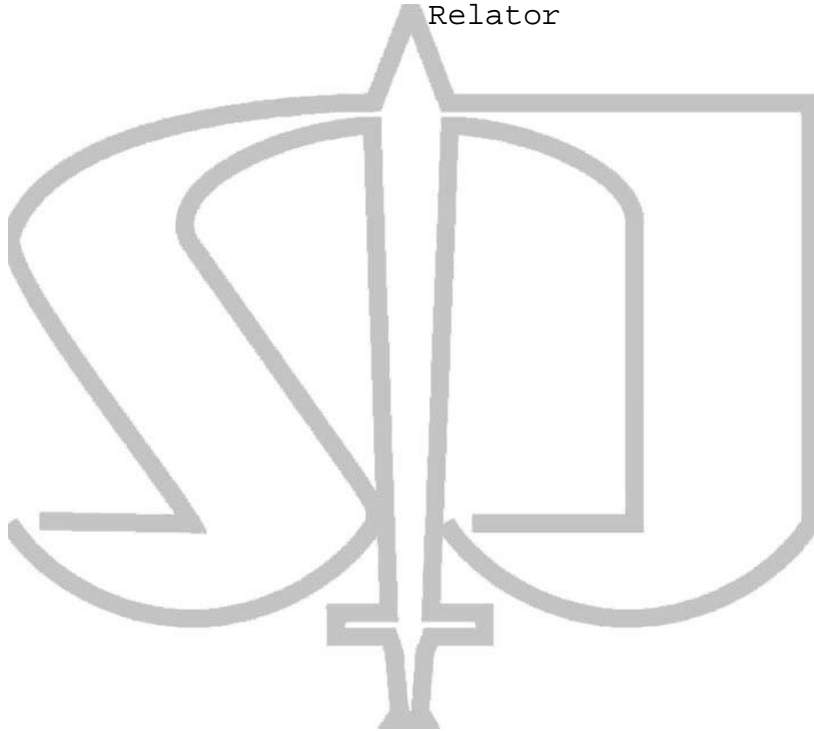
Superior Tribunal de Justiça

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Nancy Andrighi, Laurita Vaz, Napoleão Nunes Maia Filho e Sidnei Beneti.

Brasília, 20 de agosto de 2014 (data do julgamento)..

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

MINISTRO ARI PARGENDLER
Relator



Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 17.411 - DF (2010/0183587-4)

RELATÓRIO

EXMO. SR. MINISTRO ARI PARGENDLER (Relator):

Trata-se de agravo regimental interposto por S/A Fluxo - Comércio e Assessoria Internacional e Manoel Fernando Garcia, atacando as seguintes decisões:

a) a decisão de fl. 648/650

"1. Os autos dão conta de que Newedge USA LLC ajuizou ação visando ao ressarcimento de prejuízos sofridos em razão de inadimplemento contratual de Fluxo-Cane Overseas Limited e Manoel Fernando Garcia.

Newedge USA LLC firmou com Fluxo-Cane Overseas Limited um contrato de corretagem "pelo qual a primeira, como corretora, comprometeu-se a operar a compra e venda, em nome e por conta da 1ª Requerida, de contratos futuros e de opções de commodities agrícolas negociados pela 1ª Requerida na Bolsa de Valores ICE.

Com vistas ao suprimento dos recursos necessários à operação e manutenção das posições de compra e venda de opções e futuros da 1ª Requerida na ICE, em 4/4/07, o Newedge Bank, instituição financeira integrante do grupo Newedge Group S/A, e a Fluxo-Cane, firmaram Contrato de Financiamento de Margem (doravante designado por 'Contrato de Financiamento'), pelo qual o Newedge Bank se comprometeu a mutuar fundos para que a Fluxo-Cane adimplisse as solicitações de margens feitas pela ICE em decorrência das transações intermediadas pela Requerente.

O 2º Requerido, por seu turno, outorgou Carta de Garantia Pessoal em favor da Requerente, com objetivo de garantir, pessoal e solidariamente, tanto as obrigações oriundas do Contrato de Corretagem quanto aquelas oriundas do Contrato de Financiamento firmados pelos Requeridos" (fls. 03-04).

Foi proferida sentença arbitral pela Corte dos Estados Unidos, julgando procedente a ação para condenar os requeridos, solidariamente, a pagar a Newedge USA LLC a "quantia de US\$ 3.209.472,08 (três milhões, duzentos e nove mil, quatrocentos e setenta e dois dólares americanos e oito cents)" (fl. 1.386) e para condenar o 2º requerido, Manoel Fernando Garcia, a pagar à

Superior Tribunal de Justiça

requerente, "a quantia de US\$ 2.924.014, 62 (dois milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quatorze dólares americanos e sessenta e dois cents" (fl. 1.387).

Newedge USA LLC formulou, então, o presente pedido de antecipação de tutela, sustentando que os requeridos estão dissipando seus ativos através da empresa S/A Fluxo-Comércio e Assessoria Internacional para frustrar futura execução da sentença arbitral. À vista disso, a empresa requer o arresto dos seguintes bens:

a) "ações representativas de 98,82% do capital social da empresa S/A Fluxo da propriedade do 2º Requerido - Manoel Fernando Garcia" (fl. 1.532);

b) imóveis "transferidos pelo 2º Requerido, na qualidade de titular de 99% do capital social da empresa S/A Fluxo para a empresa 'Malemote Participações Ltda' detida integralmente por seus filhos - Marco Antônio de Siqueira Garcia e Maria Pia de Siqueira Garcia" (fl. 1.532);

c) imóveis "transferidos pelo 2º Requerido - Manoel Garcia à sua ex-mulher e mãe de seus filhos Marco Antônio de Siqueira Garcia e Maria Pia de Siqueira Garcia, a Sra. Ailane Fernandes Osório de Siqueira" (fl. 1.534);

d) imóveis "transferidos pelo 2º Requerido - Manoel Fernando Garcia aos seus 2 (dois) filhos Marco Antônio de Siqueira e Maria Pia Siqueira Garcia" (fl. 1.534);

e) "outros tantos bens quanto bastem para assegurar a solvência da dívida dos Requeridos perante a Requerente, no valor que hoje monta a importância em reais equivalente a R\$ 10.537.330,15" (fl. 1.535).

Além do arresto dos bens acima mencionados, a requerente quer a expedição de edital de "Protesto Judicial para que os requeridos sejam intimados para que se abstenham de alienar ou onerar seus bens sem que comprovem a existência de outros livres e desembaraçados suficientes para assegurar a solvência da sua dívida com a Requerente, com a publicação de editais nas praças de Recife-PE e São Paulo-SP, dando ciência da existência do presente Protesto a terceiros, de modo a alertar eventuais interessados na aquisição de bens da existência da dívida inadimplida objeto da Sentença Arbitral ora em fase de homologação, bem como da litigiosidade dos bens que integram direta ou indiretamente o patrimônio dos devedores (CPC, art. 219), que por isso encontram sujeitos a constrição" (fl.

Superior Tribunal de Justiça

1.535).

2. Na forma do artigo 797 do Código de Processo Civil, só em casos excepcionais, o juiz determinará medidas cautelares sem a audiência das partes. A alienação de bens que põe em risco a solvência do devedor é, com certeza, uma dessas situações excepcionais.

Acontece que os bens imóveis arrolados às fls. 1.533/1.535 pertencem a S/A Fluxo-Comércio e Assessoria Internacional, que aparentemente não responde pelo pagamento dos créditos de Newedge USA LLC.

Nessas condições defiro tão somente o arresto de 98,82% do capital social da empresa S/A Fluxo-Comércio e Assessoria Internacional de propriedade de Manoel Fernando Garcia, bem assim o protesto judicial contra a alienação de bens, determinando a imediata expedição dos respectivos editais.

Oficie-se às Juntas Comerciais dos Estados de Pernambuco e São Paulo para que procedam à averbação do arresto.

Intime-se a requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeira a citação dos requeridos nos termos do artigo 802 do Código de Processo Civil, sob pena da cessação da eficácia das medidas cautelares deferidas" (e-stj, fl. 648/650).

b) a decisão de fl. 676/679

"Rememorando, NEWEDGE USA LLC requereu a homologação de sentença arbitral estrangeira proferida por Corte dos Estados Unidos da América do Norte (fl. 02/20, 1º vol.), e supervenientemente pediu, no que aqui interessa, o arresto de bens de MANOEL FERNANDO GARCIA e de S/A FLUXO-COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL (fl. 1.517/1.535, 7º vol.).

O arresto foi deferido em parte, tendo como objeto apenas 98,82% do capital social de S/A FLUXO-COMÉRCIO e ASSESSORIA INTERNACIONAL pertencentes a MANOEL FERNANDO GARCIA, sem alcançar os bens da aludida pessoa jurídica - tudo porque aparentemente esta "não responde pelo pagamento dos créditos de NEWEDGE USA LLC" (fl. 1.953, 9º vol.).

A decisão motivou o aditamento do pedido de arresto (fl. 1.974/1.982, 9º vol.) e foi atacada por embargos de declaração

Superior Tribunal de Justiça

(fl. 1.984/1.989, 9º vol.).

Ambos são examinados conjuntamente em razão de elemento que lhes é comum.

No aditamento, NEWEDGE USA LLC requer a desconsideração da personalidade jurídica de S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL, com o consequente arresto dos bens que ela transferiu para "MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA." (fl. 1.980/1.981, 9º vol.).

Nos embargos de declaração, NEWEDGE USA LLC pede o suprimimento de omissão para que o arresto alcance também os bens transferidos por MANOEL FERNANDO GARCIA a sua ex-mulher e aos dois filhos do casal (fl. 1.987, 9º vol.).

Portanto, num caso e noutro, a pretensão é a de que o arresto recaia sobre bens que já não integram o patrimônio, respectivamente, de S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL e de MANOEL FERNANDO GARCIA.

Na lição de Humberto Theodoro Júnior, "arresto, ou embargo, como diziam os antigos praxistas, é a medida cautelar de garantia da futura execução por quantia certa. Consiste na apreensão judicial de bens indeterminados do patrimônio do devedor. Assegura a viabilidade da futura penhora (ou arrecadação, se se tratar de insolvência), na qual virá a converter-se ao tempo da efetiva execução. É figura cautelar típica, com as nítidas marcas da prevenção e da provisoriedade, posta a serviço da eliminação do perigo de dano jurídico capaz de pôr em risco a possibilidade de êxito da execução por quantia certa. Garante, enquanto não chega a oportunidade da penhora, a existência de bens do devedor sobre os quais haverá de incidir a provável execução por quantia certa" (Curso de Direito Processual Civil, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2009, Volume II, p. 553).

Nessa linha, se viável a penhora, possível será o arresto. A sentença estrangeira pendente de homologação constitui prova literal da dívida líquida e certa (CPC, art. 814). Quid, se os bens já não estão em nome do devedor, porque foram transferidos a terceiros? "Considera-se fraude de execução a alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência" (CPC, art. 593, II). Nesse caso, isto é, caracterizada a fraude de execução, "ficam sujeitos à execução os bens alienados" (CPC, art. 592, V), desde que aquele que os adquiriu tivesse ciência da demanda pendente (REsp nº 385.617,

Superior Tribunal de Justiça

ES, DJ de 25.03.02).

No primeiro caso, S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL, controlada por MANOEL FERNANDO GARCIA, que detém praticamente todas as ações representativas do respectivo capital social, transferiu imóveis para MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA. Desconsiderada a personalidade jurídica de S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL, para identificá-la com a de MANOEL FERNANDO GARCIA, a fraude à execução fica evidenciada, porque as quotas sociais de MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA. pertencem a seus dois filhos, que presumidamente tinham conhecimento da pendência judicial.

No segundo caso, MANOEL FERNANDO GARCIA transferiu aos dois filhos a propriedade dos imóveis relacionados na alínea "d", "i" e "ii" da petição de fl. 1.517/1.535, 7º vol., e à ex-mulher a metade ideal dos imóveis arrolados na alínea "c", "i" a "vii" da aludida petição. A presunção de que os filhos sabiam da pendência judicial estende-se à ex-mulher.

Por isso, recebo o aditamento (a) para desconsiderar a personalidade jurídica de S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL, identificando-a com a de MANOEL FERNANDO GARCIA, (b) para reconhecer a fraude à execução e (c) consequentemente para ordenar o arresto dos seguintes bens:

- imóvel localizado na Rua Bernardo Sanches, quadra F, Morumbi, São Paulo, SP, matrícula nº 160.940, escritura pública às fls. 1.654/1.659;

- imóvel localizado na Rua Três Irmãos, Edifício Piazza Florença, 2º andar, apartamento nº 21, Butantã, São Paulo, SP, matrícula nº 136.919, escritura pública às fls. 1.664/1.667;

- imóvel localizado na Rua Barroso Neto, Lotes 26 e 26-A, Butantã, São Paulo, SP, matrícula nº 39.176, escritura pública às fls. 1.669/1.674;

- imóvel localizado na Rua Renato Paes de Barros nº 778, Edifício M.S., 2º andar, escritório nº 22, Jardim Paulista, São Paulo, SP, matrícula nº 106.499, escritura pública às fls. 1.676/1.677;

- imóveis localizados no condomínio Helvécia Pólo Country, Lotes nº 01, 02, 03, 04, 05, 12 e 13 quadra H, Bairro Helvécia, Indaiatuba, SP, matrículas nºs 19.815, 19.816, 12.507, 1.599, 1.600, 46.571, 39.599, escrituras públicas às fls. 1.701/1.703, 1.705/1.707, 1.695/1.699, 1.683/1.687, 1.689/1.693, 1.679/1.681

Superior Tribunal de Justiça

e 1.709/1.710.

Ainda, acolho os embargos de declaração, em parte, para (a) reconhecer a fraude à execução e (b) para determinar o arresto dos seguintes bens:

- metade ideal dos imóveis localizados na Avenida Moema nº 170, Edifício Maximum Service Center, 14º andar, conjuntos nº 141, 142, 143, 144, 145 e 146, Indianópolis, São Paulo, SP, matrículas nºs 115.366, 115.382, 115.398, 115.414, 115.430, 115.446, escrituras públicas às fls. 1.738/1.739, 1.741/1.742, 1.744/1.745, 1.747/1.748, 1.750/1.751 e 1.735/1.736;

- metade ideal de 18 vagas de garagem localizadas na Avenida Moema nº 170, Edifício Maximum Service Center, Indianópolis, São Paulo, SP, matrícula nº 115.449, escritura pública às fls. 1.753/1.897;

- imóvel localizado na Rua Santa Justina nº 458, Vila Olímpia, São Paulo, SP, matrícula nº 109.737, escritura pública às fls. 1.899/1.900;

- imóvel localizado na Rua Renato Paes de Barros nº 778, Edifício M.S., 2º andar, escritório nº 21, Jardim Paulista, São Paulo, SP, matrícula nº 106.500, escritura pública às fls. 1.902/1.903.

Desentranhem-se dos autos a petição de fl. 1.517/1.535 e as peças seguintes, autuando-as como medida cautelar, tendo como requeridos MANOEL FERNANDO GARCIA, MARCO ANTÔNIO DE SIQUEIRA GARCIA, MARIA PIA DE SIQUEIRA GARCIA, AILAINÉ FERNANDES OSÓRIO DE SIQUEIRA, S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL e MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

O contraditório regular é garantia constitucional e, não podendo ser suprimido, exige a citação das pessoas atingidas pela decisão, que deve ser requerida.

Intime-se NEWEDGE USA LLC para que faça o preparo das custas. Após, expeça-se carta de ordem para o cumprimento da decisão que ordenou o arresto" (e-stj, fl. 676/679).

Anote-se que, supervenientemente à interposição do agravo regimental, houve a desistência do pedido de homologação da sentença estrangeira em relação à S/A Fluxo - Comércio e Assessoria Internacional.

Superior Tribunal de Justiça

II

Os agravantes alegam que: a) é inviável a concessão de medidas constritivas na pendência do juízo de delibação; b) o arresto representa a indevida antecipação da execução da sentença estrangeira; c) não há prova da existência de dívida líquida e certa, uma vez que a sentença estrangeira "não tem a mesma eficácia que possui uma sentença sujeita a recurso, mas emanada de autoridade judiciária brasileira"; d) a desconsideração da personalidade jurídica é "incidente voltado à solução da obrigação e não à formação de título contra que não tem, ao menos em princípio, legitimidade" e, por isso, não pode ser usada como meio de transformar "em parte e, portanto, em futuro condenado a pessoa jurídica que não era parte no processo originário e nem fora condenada naquele juízo, por conta da figura de seu sócio constar como condenado perante a autoridade estrangeira"; e) a eventual fraude à execução somente pode ser examinada no bojo de um processo de execução e pressupõe a existência de prova da insolvência do devedor, o registro da respectiva penhora e a má-fé do adquirente, o que não teria sido demonstrado; f) inexiste a verossimilhança do direito; g) não está caracterizado o *periculum in mora* a justificar a desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que "mesmo na pendência da execução, o devedor pode alienar seus bens, sem que as transações realizadas sejam vistas como ineficazes, à medida que ele persista tendo outros bens suficientes para o cumprimento das obrigações que lhes são exigidas", não havendo nos autos qualquer referência à eventual insolvência da requerida S/A Fluxo, "empresa pujante, de faturamento expressivo, plenamente capaz de cumprir com essa obrigação, se assim lhe for imposta"; e h) inexiste prova da ocorrência de fraude à execução em relação ao requerido Manoel Fernando Garcia, sendo insuficiente para tanto a mera alienação de parte de seus bens ou a transferência dos mesmos em decorrência do cumprimento de acordo firmado em separação judicial (e-stj, fl. 1.689/1719).

Superior Tribunal de Justiça

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 17.411 - DF (2010/0183587-4)

EXMO. SR. MINISTRO ARI PARGENDLER (Relator):

Na forma do artigo 798 do Código de Processo Civil, *"poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação"*.

Nos procedimentos de homologação de sentença estrangeira, admitem-se, igualmente, as tutelas de urgência (art. 4º, § 3º, da Resolução nº 09 de 2005, do Superior Tribunal de Justiça).

Na espécie, a alienação de bens que põe em risco a solvência do devedor configura o fundado receio de dano que, demais disso, se confirma pela notícia, nos autos da ação principal de homologação de sentença estrangeira, de qua a empresa do devedor - S/A Fluxo - Comércio e Assessoria Internacional - encontra-se em processo de liquidação judicial instaurado perante a Suprema Corte do Caribe Oriental (SEC nº 5.692, US, fl. 2.499/2.500).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem decidido no sentido de admitir a desconsideração da personalidade jurídica na forma inversa, para *"atingir o ente coletivo e seu patrimônio social, de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio controlador"* (REsp nº 1.236.916, RS, rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 28.10.2013).

Quanto ao mais, confira-se o que foi dito na decisão de fl. 676/679:

"(...) na lição de Humberto Theodoro Júnior, 'arresto, ou embargo, como diziam os antigos praxistas, é a medida cautelar de garantia da futura execução por quantia certa. Consiste na apreensão judicial de bens indeterminados do patrimônio do devedor. Assegura a viabilidade da futura penhora (ou arrecadação, se se tratar de insolvência), na qual virá a converter-se ao tempo da efetiva execução. É figura cautelar típica, com as nítidas marcas da prevenção e da provisoriedade, posta a serviço da eliminação do perigo de dano jurídico capaz de pôr em risco a possibilidade de êxito da execução por quantia certa. Garante, enquanto não chega a oportunidade da penhora, a existência de bens do devedor sobre os quais haverá de incidir a provável execução por quantia certa' (Curso de Direito Processual Civil, Editora Forense, Rio de Janeiro,

Superior Tribunal de Justiça

2009, Volume II, p. 553).

Nessa linha, se viável a penhora, possível será o arresto. A sentença estrangeira pendente de homologação constitui prova literal da dívida líquida e certa (CPC, art. 814). Quid, se os bens já não estão em nome do devedor, porque foram transferidos a terceiros ? 'Considera-se fraude de execução a alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência' (CPC, art. 593, II). Nesse caso, isto é, caracterizada a fraude de execução, 'ficam sujeitos à execução os bens alienados' (CPC, art. 592, V), desde que aquele que os adquiriu tivesse ciência da demanda pendente (REsp nº 385.617, ES, DJ de 25.03.02).

No primeiro caso, S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL, controlada por MANOEL FERNANDO GARCIA, que detém praticamente todas as ações representativas do respectivo capital social, transferiu imóveis para MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA. Desconsiderada a personalidade jurídica de S/A FLUXO - COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL, para identificá-la com a de MANOEL FERNANDO GARCIA, a fraude à execução fica evidenciada, porque as quotas sociais de MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA. pertencem a seus dois filhos, que presumidamente tinham conhecimento da pendência judicial.

No segundo caso, MANOEL FERNANDO GARCIA transferiu aos dois filhos a propriedade dos imóveis relacionados na alínea "d", "i" e "ii" da petição de fl. 1.517/1.535, 7º vol., e à ex-mulher a metade ideal dos imóveis arrolados na alínea "c", "i" a "vii" da aludida petição. A presunção de que os filhos sabiam da pendência judicial estende-se à ex-mulher" (e-stj, fl. 676/677).

Voto, por isso, no sentido de negar provimento ao agravo regimental.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2010/0183587-4 **PROCESSO ELETRÔNICO** **MC** **AgRg na**
17.411 / DF

Número Origem: 201000784364

EM MESA

JULGADO: 20/08/2014

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ARI PARGENDLER**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO**

Secretária

Bela. **VANIA MARIA SOARES ROCHA**

AUTUAÇÃO

REQUERENTE : NEWEDGE USA LLC
ADVOGADO : WALDEMAR DECCACHE E OUTRO(S)
REQUERIDO : MANOEL FERNANDO GARCIA
ADVOGADO : CLITO FORNACIARI JÚNIOR E OUTRO(S)
REQUERIDO : MARCO ANTÔNIO DE SIQUEIRA GARCIA
ADVOGADO : PAULO FILIPOV E OUTRO(S)
REQUERIDO : MARIA PIA DE SIQUEIRA GARCIA
ADVOGADO : PAULO FILIPOV E OUTRO(S)
REQUERIDO : AILAINÉ FERNANDES OSÓRIO DE SIQUEIRA
ADVOGADO : PAULO FILIPOV E OUTRO(S)
REQUERIDO : S/A FLUXO COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL
ADVOGADO : CLITO FORNACIARI JÚNIOR E OUTRO(S)
REQUERIDO : MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO : PAULO FILIPOV E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Corretagem

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : MANOEL FERNANDO GARCIA
AGRAVANTE : S/A FLUXO COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL
ADVOGADOS : CLITO FORNACIARI JÚNIOR E OUTRO(S)
FLÁVIA HELLMEISTER CLITO FORNACIARI
AGRAVADO : NEWEDGE USA LLC
ADVOGADO : WALDEMAR DECCACHE E OUTRO(S)
INTERES. : MARCO ANTÔNIO DE SIQUEIRA GARCIA
INTERES. : MARIA PIA DE SIQUEIRA GARCIA
INTERES. : AILAINÉ FERNANDES OSÓRIO DE SIQUEIRA
INTERES. : MALEMOTE PARTICIPAÇÕES LTDA

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : PAULO FILIPOV E OUTRO(S)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Corte Especial, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Gilson Dipp, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi, Og Fernandes e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Nancy Andrichi, Laurita Vaz, Napoleão Nunes Maia Filho e Sidnei Beneti.

